Prefeitura Municipal de Curitiba
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal
Rua Solimões, 160
São Francisco
41 3350-8362
41 3350-8530

ATA DE REUNIÃO

Aos três dias de junho de dois mil e vinte, às 15h00, compareceram na sala de reuniões da SMAP, situada na Rua Solimões, 160, São Francisco, os representantes da SMAP, SMF, SGM, IPMC e SIGMUC. Iniciada a reunião com O IPMC respondendo as questões. O representante do IPMC informa que há um representante do conjunto de sindicatos em cada Conselho do IPMC. O SIGMUC se posiciona contrariamente e reivindica uma vaga específica para a representação da categoria dos guardas municipais. Sobre a devolução aos cofres do IPMC dos valores previstos nos decretos de 2017 e 2018, o representante do IPMC informa que a operação foi considerada legal pela Subsecretaria de Previdência do Ministério da Economia e já se encontra solucionada pelos meios administrativos. Sobre aposentadoria especial o IPMC informa que não há cobertura legal para atender ao pleiteado. Sobre a incorporação da gratificação de segurança sobre a média das horas extras, o sindicato explica que a decisão judicial se aplicava apenas aos guardas municipais que integravam a ação e não a toda categoria. O IPMC esclarece que a partir da decisão judicial mudou o procedimento para todos os servidores. O SIGMUC solicita cópia do parecer jurídico que sustentou a decisão administrativa do IPMC, o qual se comprometeu a encaminhar. O IPMC esclarece que possui o programa para servidores aposentados sem distinção de carreira e que seu papel é de facilitador para a organização das atividades pois, por restrição legal, não pode utilizar recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades não vinculadas à concessão de benefício previdenciário. Mas, sugere inclusive que os aposentados se organizem para viabilizar ações específicas da categoria, eventualmente com o apoio do SIGMUC e o IPMC se compromete a dar suporte para essas ações. O sindicato afirma que as atividades devem ser por categoria para que assim haja maior afinidade entre o grupo e sugere a realização de uma atividade específica no mês em que se comemora o dia do Guarda Municipal. O IPMC solicita ao sindicato a indicação de pessoas com quem possa fazer um contato mais próximo para verificar que tipo de atividades podem ser realizadas para esse público específico. Sobre a solenidade de aposentadoria de guardas municipais, o IPMC esclarece que a faz para todas as categorias, sem distinção de cargo. A SMDT informa que está tomando algumas

medidas para reconhecer o trabalho realizado pelos guardas municipais no momento da entrega de equipamento e materiais por ocasião de sua aposentadoria. O sindicato sugere que a SMDT realize essa solenidade em parceria com o IPMC realizando-a em uma data específica para os guardas municipais, por exemplo, na data de aniversário da Guarda Municipal. O sindicato solicita ao IPMC o envio da relação dos descontos mensais referentes à contribuição associativa ao SIGMUC, sem que seja necessário solicitar todo mês. O IPMC sinalizou favoravelmente ao pedido. O SIGMUC questiona sobre a possibilidade de aumento da alíquota de contribuição ao IPMC. O IPMC explica que esse aumento deverá ocorrer por imposição de Emenda Constitucional sendo que a documentação está em avaliação pela SGM, não sendo possível afirmar o momento em que esse projeto será encaminhado à Câmara Municipal. A SMF explica que no ano de 202 em função da pandemia do COVID-19, está projetada uma frustração de receita muito expressiva, pela perda de arrecadação, e com isso o esforço está sendo o de garantir a manutenção da pontualidade da folha de pagamento, não havendo espaço para aumento de despesas com pessoal. A Administração explica que todas as secretarias contingenciaram os seus orçamentos e que, quanto às despesas com pessoal, se reduziu o efeito para os servidores cortando apenas a reserva financeira para aumento de despesas. O SIGMUC questiona se existe alguma verdade sobre adiantar a 2ª parcela do 13º, de dezembro para o meio do ano. A Administração informa que não há qualquer estudo nesse sentido no momento atual. O SIGMUC questiona que houve um grande repasse para o município de Curitiba de recursos federais nos últimos meses. A Administração informa que esse recurso é "carimbado", ou seja, só pode ser utilizado nas ações de combate à pandemia. O sindicato questiona se a PMC está esperando o repasse federal de dinheiro para comprar testes rápidos de COVID19 para os guardas municipais. A administração esclarece que a definição da aplicação da maior parte desses recursos cabe à SMS e que não possui tal informação, pois a gestão desses recursos é integralmente da SMS. O SIGMUC questiona se haverá repasse aos servidores da reposição da inflação do período deste ano. A Administração informa que nesse momento não há como ser realizado tendo em vista o cenário já descrito. Sobre as distorções no enquadramento no plano de carreira, a Administração solicita que o sindicato indique ao menos as situações gerais onde essas distorções teriam ocorrido, para que se possa resgatar as informações e avaliá-las. O SIGMUC informa, a título de exemplo, que em situações específicas para trajetória negativa de carreira foram contabilizados procedimentos de carreira cujo servidores não

encontravam-se aptos para a participação e desse modo não poderiam ter sido considerados, causando prejuízos aos servidores. Sobre a carreira de nível superior, a Administração informa tema de repercussão geral do STF, em data recente, que consideraria essa situação como de provimento derivado, que é proibido. Para fugir do provimento derivado, a mudança poderia ser discutida somente para novos concursos públicos e nenhum dos guardas municipais atuais teria acesso por procedimento interno ao cargo de nível superior. Além disso, haveria discussão sobre cargos com atribuições similares e escolaridade e salário diferentes. O SIGMUC solicita o número dos autos judiciais da repercussão geral. O SIGMUC questiona a isenção do transporte coletivo sem a utilização de uniforme. A Administração explica que a URBS informa que não há como realizar essa isenção. Sobre o seguro de vida a SMDT informa que foi realizado o aditivo para o aumento de número de guardas cobertos, mas ainda não está finalizado o processo. O SIGMUC solicita a ampliação da cobertura para as situações em serviço e em decorrência dele. Sobre a realização de concurso a Administração informa que está no cronograma mas não há condição financeira no momento, e que para o Tribunal de Contas toda a despesa tem que estar no orçamento do próprio exercício. Sobre o TEPT o Departamento tem como protocolo aplicá-lo a todos os servidores, independentemente do cargo, a partir do encaminhamento da chefia ou procura espontânea. O SIGMUC explica que os guardas municipais fazem parte do Sistema Único de Segurança Pública, que busca padronizar o atendimento e as tratativas de todos os operadores de segurança pública, e que foi criado protocolo relacionado à saúde do trabalhador. Informa que não consegue enxergar essa aplicação na prática na PMC. O SIGMUC explica que o tratamento diferenciado se justifica ainda pelo uso de arma de fogo pelos guardas municipais. A APSO irá avaliar tal situação. Sobre os comitês de ergonomia a APSO informa que está à disposição para realizar a implantação da Comissão. A SMDT explica que se tiver condições será implantada com os representantes da AGESEL. A Administração informa que as questões ergonômicas são identificadas nas avaliações ambientais anuais dentro do PAA – Programa de Avaliação Ambiental, mas também avalia demandas das secretarias ou solicitação dos servidores. Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião, que foi por mim Sérgio Grossmann, secretariada.